



**CARLITO DE SOUZA
KARLA AMORIM DOS SANTOS
MARIA JOSÉ GUALBERTO DA CRUZ
SOLANGE MARIA SANTOS QUEIROZ
TELMA SANTANA DE FREITAS**

**GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA
2018**

**CARLITO DE SOUZA
KARLA AMORIM DOS SANTOS
MARIA JOSÉ GUALBERTO DA CRUZ
SOLANGE MARIA SANTOS QUEIROZ
TELMA SANTANA DE FREITAS**

**GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença

**SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA
2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

G333

Gestão em educação e segurança alimentar em escolas municipais do
Recôncavo da Bahia / Carlito de Souza ... [et al]. - 2018.
47 f. : il.

Monografia - Curso de Bacharelado em Administração Pública,
Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde,
2018.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Gestão em Educação. 3.
Gestão escolar. I. Título.

CE/UF/BSCL

CDD 371.01

**CARLITO DE SOUZA
KARLA AMORIM DOS SANTOS
MARIA JOSÉ GUALBERTO DA CRUZ
SOLANGE MARIA SANTOS QUEIROZ
TELMA SANTANA DE FREITAS**

**GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-
Brasileira - UNILAB como requisito parcial para a obtenção do título de
Administrador em Gestão Pública

Monografia aprovada em ____/____/2018

Orientador (a)

1º Examinador (a)

2º Examinador

Coordenador (a) do Curso

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por ter nos dado sabedoria para superar as dificuldades encontradas. Que não somente nestes anos no curso universitário, mas em todos os momentos foi e é o mestre dos mestres.

Aos nossos pais e mães, pelo amor, incentivo nas horas difíceis e por nos apoiarem em todas as escolhas que fizemos na vida, por todo carinho, conforto, sustento, paciência e pela dedicação incansável, patrocínio e empenho em nos ver felizes.

Aos nossos irmãos, que em nenhum momento deixaram de acreditar em nossa capacidade, nos acompanhando nos nossos piores momentos e principalmente as nossas variações de humor.

Aos nossos cônjuges, sendo alicerce e apoio nos momentos de superação.

Ao amigo e orientador Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima, que se fará presente em toda a nossa vida, por toda sua determinação, parceria, sapiência, tendo papel fundamental em nossa jornada acadêmica.

Aos professores da UNILAB, que foram importantes na nossa formação nos instruindo a cada dia para que nos pudéssemos nos tornar profissionais melhores, eficazes e eficientes.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma, direta ou indiretamente, sejam em orações seja com algum gesto, nosso muito abrigado.

LISTA DE SIGLAS

- CAE** – Conselho de Alimentação Escolar
- CME** – Coordenação de Mobilização Econômica
- CNA** – Comissão Nacional de Alimentos
- COBAL** – Campanha Brasileira de Alimentos
- CONSED** – Conselho Nacional de Secretários em Educação
- DCNT** – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
- DHAA** – Direitos Humanos a Alimentação Adequada
- EAN** - Educação Alimentar e Nutricional.
- EE** – Entidades Executoras
- EEX** – Ente - Executor é Distrito Federal, Estado e Município
- EG** – Estratégia Global
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação
- INAN** – Instituto Nacional De Alimentação e Nutrição
- INN** – Instituto Nacional de Nutrição
- LOSAN** – Lei Orgânica Para a Segurança Alimentar e Nutricional
- MEC** – Ministério da Educação
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PGEAN** – Programa de Gestão em Educação Alimentar e Nutricional
- PNAE** – Plano Nacional de Alimentação Escolar
- PNAN** – Política Nacional de Alimentação e Nutrição
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- PRONAN** – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
- SAN** – Sistema Nacional de Alimentação Nacional
- SAPS** – Serviço de Alimentação da Previdência Social
- SISAN** – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- STN** – Secretaria do Tesouro Nacional
- UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: IDADE DOS AGENTES GESTORES DO PNAE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO.....	31
GRÁFICO 02: TEMPO DE PERMANÊNCIA NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL.....	32
GRÁFICO 03 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	33
GRÁFICO 04: CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A EAN.....	34
GRÁFICO 05: ENVOLVIMENTO DOS EDUCADORES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAN NA ESCOLA.....	35
GRÁFICO 06: IMPORTÂNCIA DO PGEAN E DA GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO PNAE.....	36
GRÁFICO 07: POSSÍVEIS EFEITOS DO PGEAN PARA A EXECUÇÃO DO PNAE.....	37
GRÁFICO 08: CONSIDERAÇÃO QUANTO A QUALIDADE DOS ALIMENTOS OFERECIDOS NAS ESCOLAS.....	38
GRÁFICO 09: AVERIGUAÇÃO SOBRE A ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	39

RESUMO

Esta pesquisa estuda a Gestão da Educação Alimentar e Nutricional e Segurança Alimentar na Educação em Escolas públicas municipais do Recôncavo Baiano. Objetiva-se analisar as boas práticas de segurança alimentar em uma escola de um município do Recôncavo da Bahia. A pesquisa conhecer o perfil e a opinião dos membros da comunidade escolar acerca da importância da Educação Alimentar e Nutricional e por consequência da Gestão de Segurança de Alimentos e identificar os aspectos pedagógicos relevantes a um PGEAN para a escola. Constatou-se a inexistência de ações de que favoreçam a Educação Alimentar e Nutricional e a Segurança Alimentar nas escolas, como falta de formação técnica dos coadjuvantes da execução do PNAE fazendo com que o programa apenas seja eficaz, contudo longe de ser eficiente.

Palavras-chave: Educação. Segurança alimentar. EAN. Gestão.

ABSTRACT

This research studies the Management of Food and Nutrition Education and Food Safety in Education in Municipal Public Schools of the Recôncavo Baiano. The objective is to analyze the good practices of food safety in a school in a municipality in the Recôncavo da Bahia. The research sought to know the profile and opinion of the members of the school community about the importance of Food and Nutrition Education and as a consequence of Food Safety Management and to identify the pedagogical aspects relevant to a PGEAN for the school. It was verified the inexistence of actions that favor Food and Nutrition Education and Food Security in schools; such as the lack of technical training of the auxiliaries of the implementation of the PNAE, making the program only effective but far from efficient.

Keywords: Education. Food safety. EAN. Management

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 CONTEXTO GERAL SOBRE ALIMENTAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR.....	14
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA ALIMENTAR.....	17
2.3 PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	18
2.4 GESTÃO DE SEGURANÇA DE ALIMENTOS: DESAFIOS.....	23
2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR NO SETOR DE EDUCAÇÃO.....	25
3. METODOLOGIA.....	27
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	27
3.2 LOCAL DE ESTUDO.....	28
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	28
3.4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	28
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	29
4.1 – Protocolos de indicadores.....	30
4.2 - Caracterização dos educadores pesquisados.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	45

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho é exigência para a conclusão do Curso de Administração Publica na UNILAB – Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e este vinculado, sendo esta pesquisa na área de gestão estratégica na área de Educação. Nesta linha, esta pesquisa será acerca de gestão de práticas de segurança alimentar em escolas municipais, no Recôncavo da Bahia, apoiando-se no que sugere o PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar e analisando as peculiaridades culturais, sociais e econômicas tão próprias da região supracitada, e de que forma essas políticas publicas chegam aos municípios, às escolas, e quais são as práticas utilizadas de segurança alimentar e como todo esse processo é conduzido e por quem.

Neste contexto, o tema da pesquisa será: Gestão de Alimentos: Práticas em Educação Alimentar e Nutricional e Segurança Alimentar em Escolas Municipais do Recôncavo da Bahia. O tema escolhido num ambiente educacional conduzirá para a elegibilidade de instrumentos legais, como a Portaria Interministerial de nº 1010/2006 e, especialmente, as legislações vigentes do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), como suportes para a fundamentação e execução da pesquisa. Os conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e finalidades do PNAE, fizeram desse programa a porta de entrada da pesquisa, considerando que a EAN – Educação Alimentar e Nutricional, na escola está intrinsecamente vinculada ao referido programa, e que lhe assegura a legitimidade dos seus propósitos na escola.

A motivação da pesquisa surge na observação de oferta de alimentos no âmbito escola periodicamente, pelas vivencias trazidas no cotidiano e na socialização das vivencias em sociedade. De que forma vem sendo administrado este programa de alimentação nas escolas publicas, o que ocorre quando esta prática se torna ausente, algumas escolas com tanto e outras sem nenhum. Tais questões levam a reflexão de quais são os entraves existentes entre a posição valorizada da EAN, no âmbito das políticas públicas e as dificuldades de sua aplicação no campo da Gestão da Alimentação Escolar. Nesta linha, admitimos a suposição de existir um distanciamento entre política de EAN e gestão do PNAE, dentro desta vagância estrutura-se e edifica-se a referente pesquisa.

O Conselho Federal de Nutrição – CFN cabe aos gestores e agentes da educação o planejamento e a articulação das estratégias de EAN na escola como ação do PNAE. Tal informação poderá ser fundamentada no Programa de Formação pela Escola, oferecido pelo Fundo Nacional de Educação – FNDE.

Neste contexto, é verídica a informação de que o programa (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábito alimentar saudável por meio de ações de EAN, assim como para a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo (BRASIL, 2009). Porém, na prática, o alcance desses objetivos parece ainda distante da realidade encontrada atualmente nas escolas.

Assim, a investigação será feita a partir dessa compreensão, junto aos gestores, vice-diretores, professor representante do colegiado escolar e demais professores de escolas municipais de ensino fundamental I e II, no município de São Francisco do Conde, no sentido de identificar o perfil dos mesmos em relação à EAN, ainda, identificar aspectos pedagógicos a serem considerados no processo de construção de um projeto de EAN na escola, Nessa linha, constrói-se o objetivo geral desta pesquisa: analisar as boas práticas de segurança alimentar e manipulação de alimentos em escolas do município do Recôncavo da Bahia, em particular São Francisco do Conde. Os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa foram executados respeitando normas éticas, em consonância com a resolução CNS 196/96, que norteia a pesquisa envolvendo seres humanos.

Nesta linha, a temática proposta nesse trabalho por conta da atual conjuntura apresentada por instituições observadas principalmente no cotidiano do município de São Francisco do Conde. A pesquisa procurou conhecer o perfil e a opinião dos educadores da escola acerca da importância da EAN e identificar os aspectos pedagógicos relevantes a um Programa de Gestão em Educação Alimentar e Nutricional – PGEAN, para a escola.

O tema e o ambiente escolar escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa conduziram para a elegibilidade de instrumentos legais, como a Portaria Interministerial de nº 1010/2006 e, especialmente, as legislações vigentes do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), como suportes para a fundamentação e execução da pesquisa.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa os procedimentos metodológicos adotados foram executados respeitando normas éticas, em consonância com a resolução CNS 196/96, que norteia a pesquisa envolvendo seres humanos. Nesta linha, a dissertação se constitui dessa introdução e mais dois capítulos, além das considerações finais, descritos a seguir. Para tal elege-se como Objetivo geral - Analisar as boas práticas de Educação Alimentar e Nutricional e a segurança alimentar na manipulação de alimentos em escolas de um município do Recôncavo da Bahia. Para tal a pesquisa seguirá as seguintes etapas: avaliar as orientações fornecidas pelos órgãos municipais sobre segurança alimentar e manipulação de alimentos; conhecer as práticas de segurança alimentar e manipulação de alimentos de uma escola municipal do Recôncavo Baiano e compará-las às boas práticas de gestão de alimentos; sugerir mudanças positivas para uma maior segurança alimentar nas escolas municipais do Recôncavo da Bahia.

Assim, a estrutura desse corpo dissertativo apresenta-se na seguinte: 2. Referencial Teórico, que apresentará os temas que envolvem a problemática desta pesquisa como: Políticas Públicas na área Social, Programa Nacional de alimentação Escolar – PNAE, Gestão de Segurança de Alimentos, segurança de alimentos no ambiente escolar; 3. Metodologia; 4. As Considerações finais que com as conclusões e premissas que foram desveladas subjetivamente no percurso da pesquisa, na perspectiva de investigar os caminhos da gestão da Educação Alimentar e Nutricional e Segurança Alimentar nas Escolas Municipais do Recôncavo da Bahia. Seguem-se também as referências.

CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO GERAL SOBRE ALIMENTAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR

Alguns autores, revistas e periódicos relatam que a população mundial tem como característica uma má alimentação, o que evidencia o consumo de alimentos hipercalóricos e pouco nutritivos, com altos índices de teor de gordura, açúcares e sal; estes vilões sumarizados a ausência de atividade física em casa, na escola e no trabalho, assim como em momentos de lazer e recreação. Estes hábitos são observados inclusive nas crianças e nos adolescentes, o que constitui um motivo de especial preocupação para as políticas públicas (OMS, 2004).

Diante do supracitado cenário, a Organização Mundial de Saúde - OMS lançou em 2004 uma Estratégia Global (EG) de Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde como proposta de ações preventivas das DCNT, a serem empreendidas conjuntamente, no âmbito local, nacional e mundial (OMS, 2004).

Assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004, p. 8) visa “promover a consciência e o conhecimento geral acerca da influência da alimentação saudável e da atividade física em saúde, assim como de potencializar as intervenções de prevenção”. E ainda, orienta o fortalecimento das “diretrizes nacionais em matéria de alimentação e de educação nutricional e de outras intervenções de saúde pública, assim como a colaboração Inter setorial” (OMS, 2004, p.14).

Batista (BATISTA, RISSIN, 2003; BATISTA, 2008), revela que no final da década de 50, o perfil epidemiológico e nutricional vem se configurando de modo semelhante ao de outros países. Contudo, junto com tal situação, há uma redução de casos graves de desnutrição, e em consequência o país se depara com um aumento considerável de DCNT e com uma emergência da obesidade, que atinge todos os segmentos da população.

Mesmo sendo este o desastroso perfil da população brasileira, o mais grave ocorre nas camadas sociais menos favorecidas, devido à coexistência destes desequilíbrios nutricionais. Apesar da dialética entre a obesidade e a desnutrição parecem antagônicas e um paradoxo para as políticas públicas.

Nesta linha, a transição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) era voltada para o combate da desnutrição, reestruturam-se como uma

política no âmbito da saúde e estabelece uma diretriz voltada para a promoção da alimentação saudável, como forma de conter o avanço dos desequilíbrios alimentares e nutricionais e as consequências destas para a saúde (BRASIL, 2000).

O Ministério da Saúde (BRASIL 2006) descreve as ações de educação alimentar e nutricional na seguinte:

- I - considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;
- II- estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;
- III- estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;
- IV restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras;
- V- monitoramento da situação nutricional dos escolares (BRASIL, 2006, p 56).

Neste contexto, Consea (2010) reflete que a alimentação dos brasileiros vem sendo marcada pelo aumento do consumo de alimentos densamente calóricos, refinados, ricos em açúcar, gorduras, alto teor de sal, bebidas adoçadas, além de refeições prontas. Em contrapartida observa-se uma diminuição significativa do consumo de cereais integrais, arroz, feijão, frutas e hortaliças, o que justifica os desequilíbrios da situação nutricional apresentada na população.

Vale ressaltar que PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) é uma política pública presente no cenário nacional há mais de 50 anos e que representa um dos mais importantes programas de alimentação e nutrição do mundo, sendo o maior da América do Sul. Em termos da cobertura, o PNAE atende anualmente em torno de 47 milhões de estudantes, e desde 2009 passou a atender todos os estudantes do ensino básico da rede pública. Caracteriza-se, portanto como um dos maiores programas de atendimento universal na área de educação no cenário mundial (SILVA; FONSECA, 2009).

O PNAE visa o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos, de forma segura e ininterrupta durante a permanência na escola. Para tal, busca respeitar as diferenças biológicas entre idades e a equidade em relação às condições de saúde dos alunos, em atenção para aqueles que necessitem de cuidados específicos em relação à vulnerabilidade social; nesta linha, ainda, defende o direito

à alimentação escolar, o seu acesso de forma igualitária visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos (BRASIL, 2009).

Assim, o PNAE elege como perfil para os beneficiados, serem alunos matriculados na Educação Infantil, oferecida em creches e pré-escolas, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da rede Pública de Ensino do Distrito Federal, dos Estados e dos municípios. Também são incluídos os estudantes dos estabelecimentos mantidos pela União, que constem no Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação no ano anterior ao atendimento (BRASIL, 2009).

Sendo um programa tão amplo possui uma complexidade por estar diretamente envolvidos neste processo a União, os Estados, os Municípios, os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e as organizações escolares. Partes dos recursos são repassadas pelo governo federal e devem se complementar as contrapartidas nas demais instâncias. Os estados e/ou municípios podem contribuir financeiramente até chegar ao padrão de qualidade alimentar desejado desde que respeite o estabelecido em lei (BRASIL, 2009).

No que diz respeito ao tipo de gestão utilizada para a execução do PNAE, depende da decisão dos gestores tanto nas instâncias estaduais quanto nas municipais. Nas instâncias estaduais tem se observado a utilização do modelo de gestão descentralizado dos recursos financeiros, denominado de escolarizado. Nesta modalidade, os recursos financeiros do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE são repassados diretamente para as escolas ou repassados através das Entidades Executoras (EE), no caso a Secretaria de Educação do Estado, e transferidos para as escolas que são regulamentadas no programa. Esses recursos devem ser utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios a serem usados na preparação da alimentação dos estudantes. (BRASIL, 2009)

No que diz respeito à formação, existe o Programa Nacional de Formação Continuada a Distância– Formação pela escola, promovido pelo FNDE/MEC, que disponibiliza ao público interessado curso com acesso ao módulo contendo informações atualizadas sobre o PNAE. Este programa visa a “Formação para a gestão das ações educacionais e controle social do PNAE” (CONSED, 2011). Essa formação de educadores para a gestão das ações de Alimentação e Nutrição e da

EAN nas escolas parece ter dado um novo perfil ao ato gestora, partindo do princípio, que a partir da formação aumenta-se o número de técnicos operando o programa.

Dessa forma são os próprios gestores que muitas vezes acumulam às suas funções as atribuições técnicas cabíveis ao profissional nutricionista na escola. Desta forma compreendemos que os gestores escolares poderão reivindicar junto as Entidades Executoras (EE) a inclusão dos nutricionistas para atuarem frente às ações do PNAE, como forma de alavancar o desenvolvimento das ações EAN na escola, e contribuir na gestão da Alimentação Escolar.

Contudo, para a gestão da EAN na escola, cabe ao nutricionista o planejamento de ações e a articulação com outros colaboradores (diretores, coordenadores, professores) para o desenvolvimento de projetos pedagógicos, coordenação, supervisão e execução de programas de educação permanente em alimentação e nutrição no âmbito escolar. Neste sentido, a gestão escolar se redimensiona numa perspectiva voltada para os princípios da democratização e descentralização.

Em suma, para Paro (2008), a gestão escolar está ligada também à sociedade, onde exerce, realiza suas ações e encontra apoio e parcerias. Assim, a gestão escolar se faz a partir das forças e dos interesses da sociedade, de acordo com a situação histórica em que ela está inserida. Nesta linha, à medida que a escola abre as portas para novos processos, projetos e programas através da participação da sociedade, na elaboração de suas ações, efetivam-se a prática da gestão democrática.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA SOCIAL

É importante a compreensão do que sejam políticas públicas, pois a temática desta pesquisa delimita um dos programas mais eficientes e copiados no mundo no que converge a erradicação da fome. Nesta linha, para tal entendimento se faz necessária a leitura do que vem a ser políticas de governo, ou seja, qual projeto de sociedade que se deseja construir, quem se beneficiará com essas políticas, quais grupos apoiará, dentre outros. Assim, é importante perceber de que forma está

sendo montado esse quebra cabeça, para a formação de uma sociedade humanitária, solidária e humanizada.

Neste contexto, foi criado pelo Ministério de Educação o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, uma autarquia do governo, para propor programas de melhoria na educação como capacitação dos profissionais (e graduação), qualidade de educação como transporte escolar e alimentação nas escolas, reforma e manutenção de patrimônio, como compra de matérias e subsídios as Unidades Executoras e todos estes são norteados pelo Censo Escolar.

No que diz respeito a esta pesquisa, o programa eleito foi o de alimentação, ou seja, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação nas Escolas, o que conhecemos como “merenda escolar”. Nesta linha, esta pesquisa delimita o programa e todas suas nuances, dando importância a segurança alimentar, em foco nas escolas do Recôncavo, e ainda a importância da gestão na execução deste.

Vale salientar que é função do Estado o bem comum e do Governo possibilitar a direção política, econômica e social. Assim as políticas sociais devem atingir o público, com a responsabilidade de garantir beneficiem efetivamente todas as camadas por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Neste contexto, as políticas publicas podem ser vistas como políticas sociais por ter a finalidade de desenvolver programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade, que se encontram em situações de grandes desigualdades e sem um padrão de vida digno e sustentável.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE justifica-se por garantir aos educandos acesso a alimentação saudável e adequada, de forma a contribuir para o desenvolvimento e crescimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar satisfatório. O programa visa em longo prazo a formação saudável para alunos e seus familiares. Em paralelo, o programa busca o enfrentamento da fome e da miséria da população de baixa renda e contribui para o combate da fome e da

miséria, cumprindo vários objetivos das metas do milênio, através de atendimento gratuito e universal a todos os escolares da educação básica, ou seja, das crianças de meses até a idade dos jovens e adultos que frequentam a escola, e com a exigência da vinculação com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar e a participação dos pais, professores e comunidades em geral na fiscalização e controle social do programa (BRASIL, 2000).

O PNAE é popularmente conhecido como “merenda escolar”; é um dos maiores programas de alimentação do mundo com o princípio da universalização e gratuidade na oferta de refeições e, ainda, com participação social, incluindo entre as suas principais Diretrizes o Direito Humano a Alimentação Adequada, com ênfase na alimentação saudável, desenvolvimento local, bem como a classificação das ações de educação alimentar e nutricional e a oferta dos alimentos na escola, contextualizando a pedagogia do aprender a conhecer, fazer, conviver e aprender a ser, conforme preconizado no relatório de Delors (2000), da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO.

Vale ressaltar que o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e faz parte de um dos programas suplementares à educação e entre suas ações estão: estabelecer diretrizes e acompanhar a sua execução; interagir com os demais programas do Ministério da Educação (MEC) para discutir a inclusão da alimentação e nutrição como disciplina transversal no Projeto Político Pedagógico – PPP, implementar com os demais órgãos governamentais a integração da política de Segurança Alimentar Nacional – SAN no ambiente escolar; capacitar recursos humanos tais como professores, alunos e merendeiras; fomentar o controle social através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e da integração com demais órgãos de controle social na defesa das políticas públicas sociais, transferir recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e municípios, destinados unicamente para a aquisição de gêneros alimentícios para o fortalecimento da alimentação escolar (ANAIS, 1996; BRASIL, 2000).

Sobre os recursos para custear a magnitude desse programa, vale salientar que provêm da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estão assegurados no Orçamento da União na Constituição Federal, como também dos recursos alocados no Estado, Distrito Federal, Municípios e escolas federais. O FNDE transfere a verba

para aquisição de gêneros alimentícios às entidades executoras (EEX) (Estados, Distrito Federal e municípios, além da escola federal) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento (RESOLUÇÃO CD/FNDE nº 11.947/2009)

No que diz respeito aos profissionais envolvidos na execução do PNAE, salienta-se a influência dos nutricionistas. Assim, no período que antecedeu à reforma da Constituição Federal, teve uma marcante posição na defesa de um Programa social com ênfase na nutrição através da definição de referências nutricionais e nas compras locais. Permitindo a utilização de alimentos mais saudáveis e menos industrializados, imprimindo a discussão do respeito aos hábitos regionais, instituindo o controle de qualidade, bem como a aceitabilidade pelos alunos, sendo o que rege a Lei 8.913/94.

Descentralização do PNAE

Segundo Abreu (1995) a descentralização ocorreu no primeiro período com a simples adesão dos municípios por meio da Lei 8.913/94 que delega competência as secretarias de educação dos Estados e Distrito Federal para atender aos alunos de suas redes e das redes municipais. Nesta linha, era verificada a viabilidade da municipalização do programa; caso adimplente, o município celebra o convênio. Atualmente, aproximadamente 4.314 municípios encontram-se conveniados o que corresponde a 70% do território nacional atendido pelo PNAE.

O FNDE gerencia esta descentralização através da Medida Provisória 1.784/98, sobre o repasse financeiro para a aquisição dos gêneros, direito a todos os municípios e secretarias de Estado de educação, determinando que a “transferência deva ser feita automaticamente, sem necessidade de convênio, ajuste acordo ou contrato mediante depósito em conta corrente específica”, baseando-se nos dados estipulados pelo censo escolar tais como número de alunos matriculados e informados no ano antecedente. Assim, o FNDE refere-se a prestação de contas do PNAE, no Art. 3º, da Medida Provisória nº 1.784, de 14.12.98:

[...] as prestações de contas da aplicação dos recursos financeiros relativos aos Programas de Alimentação Escolar será feita pelo beneficiário diretamente ao Tribunal de Contas do Estado ou Distrito Federal, no caso desses entes federados, e a Câmara Municipal, auxiliada pelos Tribunais de Contas dos Estados ou Tribunais de Contas dos Municípios ou Conselhos de Contas dos Municípios, quando o beneficiário for o município, e também ao Tribunal de Contas da União, quando for por elemento determinado. E define a responsabilidade do Tribunal de Contas da União e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo da União quanto ao poder de ter “acesso, a qualquer tempo, a documentação comprobatória da execução das despesas, aos registros e demais documentos pertinentes à execução dos programas custeados com os recursos financeiros do FNDE”.

Assim, a Constituição do Conselho de Alimentação Escolar - CAE deve ser uma priori na gestão, pois este sendo deliberativo terá uma fundamental importância enquanto seguimento de execução do PNAE, orientando e avaliando. Quanto a sua formação o CAE deve ser constituído por representantes de órgãos da administração pública, dos professores, dos pais e alunos, podendo também incluir representantes dos outros seguimentos da sociedade local.

Sobre o cardápio dos programas de alimentação escolar, fica sob a orientação, supervisão e responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, que determinaram o nutricionista capacitado, que observando a orientação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos *in natura*. A preocupação aqui é com a redução dos custos dos alimentos; de certa forma, ao comprar localmente ou regionalmente, os municípios e Estados dinamizam a economia local. Ou seja, a aquisição de insumos terá os produtos da região, visando à redução dos custos. O que acarretará, o fortalecimento da agricultura familiar.

Após a descentralização do PNAE, elegeu-se um novo modelo de gestão. A transferência de recursos financeiros do programa tem ocorrido de forma sistêmica, permitindo o planejamento na aquisição dos gêneros alimentícios, de modo a assegurar a oferta da refeição nas escolas, durante todo o ano letivo, ficando definido que os saldos dos recursos financeiros existentes ao final de cada exercício devem ser reprogramados para o exercício seguinte e aplicados, exclusivamente, na aquisição dos gêneros alimentícios.

Em suma, o PNAE tem suas bases em ações educativas onde a oferta das refeições constitui uma das mais principais ações da educação alimentar e nutricional saudável e adequada para todas as escolas em âmbito nacional. Sendo assim, a gestão avança para além do próprio órgão – no caso o FNDE e o próprio

MEC, onde os Estados e municípios também se responsabilizam na medida em que participam de vários grupos de decisões políticas sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde, Educação, Agricultura, Meio-ambiente, Controle Social e/ou participação social, além de outras temáticas que têm interface com alimentação e/ou com a educação. Essas decisões tomadas de forma conjunta entre governo e sociedade civil e o CAE.

Neste contexto, a Lei 11.947/09 define a Política da Alimentação Escolar para escolas públicas e privadas definindo como princípios do PNAE o seguinte: equidade; participação social; universalidade; sustentabilidade/continuidade; compartilhamento de responsabilidades; Direito Humano e alimentação adequada; respeito a hábitos regionais /tradições regionais. (CGPAE/FNDE/MEC, 2010). Ainda, segundo o CGPAE (2010), tais definições elegem as seguintes diretrizes: Descentralização das ações; Articulação entre os gestores da política; Apoio ao desenvolvimento sustentável com incentivos a aquisição de gêneros diversificados; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; emprego de uma alimentação saudável e adequada. Assim, o processo integra toda uma ação educativa, tendo em vista que a alimentação saudável é fundamental para um aprendizado permanente e que permeiam todas as ações que os humanos desenvolvem em suas atividades cotidianas.

Neste contexto, as principais bases legais que fortalecem a ideia de alimentação escolar como direito do cidadão estão definidas nos art. 205 e 208 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 1996, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de setembro de 2006 – 11.947/2009 e na Emenda Constitucional n.59/2009. Nesta linha, o PNAE tem como objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio das ações de educação alimentar e nutricionais e a oferta das refeições (BRASIL, 2009).

2.4 GESTÃO DE SEGURANÇA DE ALIMENTOS: DESAFIOS

Nos últimos anos, o crescente aumento na oferta de produtos alimentícios tem levado a um nível cada vez maior de exigências por parte dos consumidores. Nesse sentido, a qualidade deixou de ser responsabilidade de um departamento específico. Assim, quando a temática é qualidade de alimentos, no mínimo dois aspectos devem ser abordados: os atributos do produto, pois este irá ter a atenção e desejo dos consumidores; é a qualidade que irá atrair a fidelidade do consumo. Nesta linha, o sistema de gestão de alimentos deve se ater a estas duas premissas.

Contudo, a temática aqui é a de gestão de segurança alimentar, que segundo Rossi (2006), devido a dificuldades impostas pelos longos deslocamentos e a extensa jornada de trabalho nas sociedades modernas, impede que um grande número de pessoas realize suas refeições regulares em família. Nessa premissa, alguns estudos apontam que no Brasil, de cada cinco refeições uma é feita em casa. O que vem crescendo o número de lugares opcionais para tais refeições. Lugares que vendem comida, de todos os tipos e qualidade.

A legislação em segurança do alimento é geralmente entendida como um conjunto de procedimentos, diretrizes e regulamentos elaborados pelas autoridades, direcionados para a proteção da saúde pública. Assim, segundo a Portaria nº 58 de 1993 do Ministério da Saúde, o BPF são normas de procedimentos a fim de atingir um determinado padrão de identidade e qualidade de um produto e/ou serviço na área de alimentos, incluindo-se bebidas, utensílios e materiais em contato com alimentos (BRASIL, 1993).

O relatório para ONU, sobre a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA relata que:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes as tradições culturais de seu povo e que garanta uma vida livre de medo, digna e plena nas dimensões físicas e mental, individual e coletiva.

Nesse contexto o direito a alimentação mesmo que não previsto no artigo que trata de direitos sociais, está previsto nas obrigações constitucionais do estado

brasileiro de respeitar, proteger, e realizar o direito à alimentação, em articulação com os outros direitos humanos, foi incorporado à legislação brasileira.

Direito a alimentação assegurada, devemos nos ater à segurança de tais alimentos. Assim, para entendermos este contexto vale ressaltar que na Primeira Guerra Mundial foi Criado o Comitê de Higiene da Sociedade das Nações (UNO, 2008), com o objetivo de desenvolver estratégias e recursos para garantir as necessidades alimentícias básicas do seu humano. Segundo Andrade (2008), o Serviço de Alimentação da Presidência Social (SAPS) absorveu o serviço de alimentação com o objetivo de melhorar a alimentação do trabalhador e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho mediante a progressiva nacionalização dos seus hábitos alimentares com baixo custo.

Progressivamente outros mecanismos foram criados, tais como: a Coordenação da Mobilização Econômica – CME, com a finalidade técnica de orientar a produção agrícola e industrial de alimentos e racionalizar a produção agropecuária e a comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria (SILVA, 1995; a COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos; o INAN – Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição; após a Conferência Mundial de Alimentação o PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição que, segundo Silva (1995), concentra a demanda de alimentos em três fases:

- a) suplementação alimentar;
- b) racionalização dos sistemas de produção e comercialização de alimentos;
- c) atividades de complemento e apoio.

Contudo, a produtividade na agricultura continuava excedente e formando estoques. Esses excedentes passaram ao mercado sob a forma de alimentos industrializados, sem que houvesse a eliminação da fome. Essa falta de acesso aos alimentos por conta da pobreza da população embasa um dos primeiros conceitos de segurança alimentar. Para Pascol (2006), o conceito de segurança alimentar passa a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos e de forma permanente a quantidades suficientes de alimentos.

No decorrer dos anos este conceito sofrerá modificações e intervenções inclusive do Estado. Na década de 90, ampliou-se a noção de segurança alimentar, e esta passou a ser referência de políticas nos vários níveis de administração pública no Brasil, isto é, nos organismos estaduais e municipais de agricultura e

abastecimento (MALUF, 1996). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar foi criado em abril de 1993, que após várias tensões resultou num processo de mobilização social nacional em torno de a questão alimentar e da conscientização da fome no país, consequência, I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e nesta foi lançada a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Vasconcelos (2005) em sua obra ressalta que tais políticas nacionais firmam a promoção do DHAA como fundamento de suas ações e aponta a necessidade de criar uma política abrangente de Segurança Alimentar e Nutricional. Após a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar cria-se a Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006).

A LOSAN estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composições do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação, visando a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; conservando assim a biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; promovendo a saúde, a nutrição e a alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social (Lei nº 11.346, 2006)

Neste contexto, foi possível instalar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Contudo, o desafio ao governo desde o LOSAN é a construção nacional do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, de tal forma que se estabeleça uma rede nacional capaz de garantir a almejada segurança alimentar e nutricional.

2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR NO SETOR DE EDUCAÇÃO

No Brasil, o campo das políticas de segurança alimentar e nutricional vinculada ao setor de educação, busca contribuir de forma progressiva para as estratégias de consolidação dos direitos humanos à alimentação adequada e saudável. Nesta linha, o SAN – Sistema de Alimentação Nacional vem sendo o

resultado da integração complexa de um conjunto de fatores e condições que requer a integração de um conjunto de políticas pública que incidem sobre as condições de vida e alimentação.

O atendimento da alimentação escolar fica definido na Lei nº 11.346, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, que prevê a alimentação adequada como parte dos direitos humanos fundamentais e deixa claro o dever do Estado em garantir esse direito. Por meio da Emenda Constitucional nº 64, o direito a alimentação consubstancia-se como um direito social e constitucional. Assim produziram discussões sobre a garantia de hábitos alimentares saudáveis.

A Lei nº 11.947/2009 prevê para o atendimento da Alimentação Escolar; a Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 está orientada pela segurança alimentar e nutricional e tem, como diretriz, o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o número de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à alimentação adequada e da garantia da Segurança alimentar e Nutricional é um campo de conhecimento e da prática contínua e permanente, transdisciplinar, Inter setorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagem e recursos educacionais problematizadoras e ativos que favoreçam o dialogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (MDS, 2014, p. 23)

Em suma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como pilar a realização de ações de educação alimentar e nutricional. Estas ações têm por objetivo incorporar a dimensão da alimentação e nutrição no contexto escola, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, reconhecendo a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania, considerando que o ambiente escolar tem função pedagógica e que a alimentação deve estar inserida no contexto curricular.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo acadêmico adota a metodologia de pesquisa dentro da abordagem qualitativa, na busca de executar o objetivo desta pesquisa esgotando as possíveis possibilidades de investigação. Na fundamentação teórica utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Nesta linha, Silveira (2002) cita que a pesquisa bibliográfica é feita de levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. No que diz respeito à pesquisa documental, esta recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Ferreira 2002, et al SILVEIRA, 2009, p. 112).

Neste contexto, conceitua-se a abordagem qualitativa como o estudo que prevê conhecer uma realidade vivenciada, neste caso, a existência de práticas de gestão alimentar nas escolas, utilizando para tais informações coletadas junto aos profissionais de educação, nutrição e sujeitos que compõem o Conselho de Alimentação Escolar como representantes da sociedade, ou seja, da comunidade escolar. Assim, para Minayo (2010), o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Contudo, trata-se de uma abordagem que visa os detalhes mais imperceptíveis, ou seja, acontece de maneira mais detalhada, como uma investigação que se preocupa, especialmente, pelo exame dos dados que tem uma intensidade e profundidade em um tipo que não os números, tabelas e dados quantitativos não conseguem captar.

A pesquisa descritiva possibilita descrever a frequência dos acontecimentos, sua natureza, propriedades, causas, afinidades, relações estabelecidas entre as variáveis e a caracterização das etapas essenciais para resposta do problema da

pesquisa (PROETTI, 2006). Para tal, o referido estudo se constituirá de etapas de análise da gestão das práticas de segurança alimentar em escolas municipais do recôncavo baiano.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

Este estudo teve como local de investigação as 13 Unidades escolares de um município do Recôncavo baiano, com alunos matriculados nas três faixas educacionais, infantil, infanto/juvenil e adultos (EJA). Para fins de obter uma amostra em diferentes realidades serão selecionadas unidades na zona urbana.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram os profissionais/agentes da educação envolvidos na execução do PNAE nas unidades e os nutricionistas indicados pela Secretaria Municipal de Educação. Foi estabelecido com critério inclusão todos os suadas para compor esta pesquisa. Para efetivação da pesquisa será necessário que os referidos participantes concordem em participar do estudo.

A coleta de dados terá sua previsão partindo da amostragem de 5 gestores por unidade, dando um montante de 60 entrevistados prováveis. Serão excluídos os alunos que façam parte do Conselho de Segurança Alimentar do Município e os sujeitos escolhidos que não tenham domínio da temática e mesmo assim façam parte da unidade executora do programa, e que ali estejam por indicação.

3.4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados será utilizado uma entrevista com questões semiestruturadas direcionadas aos gestores do programa, PNAE/ SAN. Para Marconi e Lakatos (2003) a entrevista representa um encontro entre duas

pessoas, com a finalidade de que uma delas obtenha informações em relevância a determinado assunto.

A entrevista será realizada individualmente em sala reservada a fim de preservar a privacidade dos participantes.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Segundo MINAYO (2010), a análise dos resultados diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar reaplicáveis e válidas as interferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos. Para tanto, estes serão confrontados e analisados a partir das respostas obtidas através da entrevista, e dispostos em forma de textos, utilizando análise temática.

Para que a análise dos dados obtidos na pesquisa aconteça de forma completa e eficaz, ela acontecerá em três etapas: a primeira etapa constará de uma classificação dos dados, onde será feito o mapeamento de todos os subsídios informacionais que foram obtidos no trabalho de campo, seguido de uma releitura dos materiais e ordenação dos dados. A segunda fase constará de uma categorização para eliminação dos elementos não necessários e considerados menos relevantes ao estudo, por categorias. A terceira fase constará de uma análise final, onde acontecerão as inferências e interpretações, quando será feito um paralelo entre os dados obtidos e a revisão de literatura, quando as questões serão respondidas com base nos objetivos propostos.

Após o a visita a escolas e creches e aplicados os questionários, seguem a compactação e discussão na busca de analisar, identificar e listar as práticas e técnicas administrativas de gestão pública por parte dos indivíduos que executam e manuseiam o EAN nas escolas de São Francisco do Conde e de que forma se dá a gestão de segurança alimentar nestes processos.

4. 1 – Protocolos de indicadores

Para a elaboração do roteiro de questionamentos foi considerado indicadores a amplitude conceitual da SAN, buscou-se identificar as dimensões às quais os conceitos adotados contemplam, sendo elas:

- Disponibilidade de alimentos;
- Acesso aos alimentos;
- Consumo de alimentos;
- Utilização.

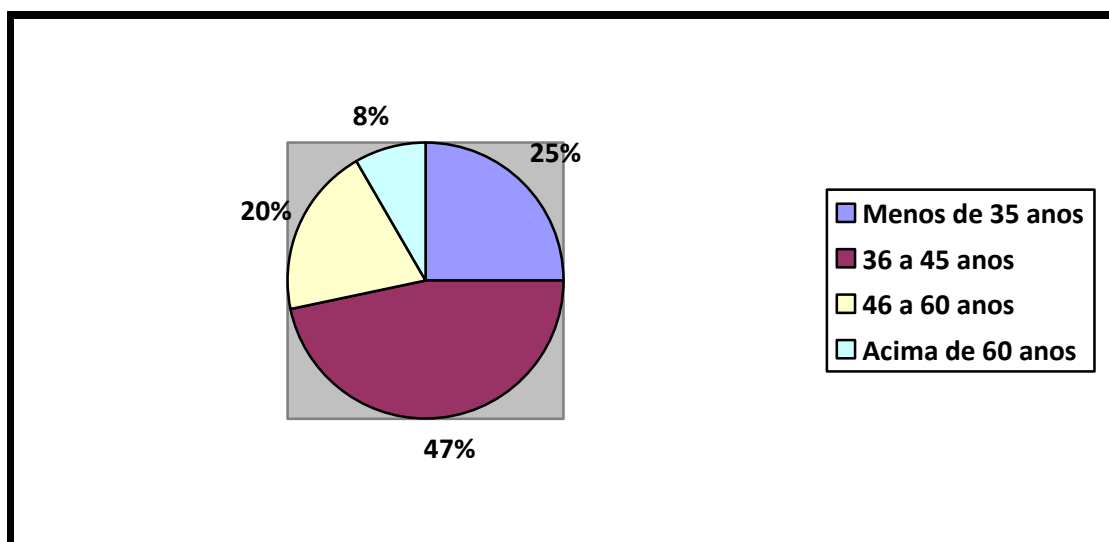
A aplicação no município do questionário validado para a análise da gestão da segurança alimentar nas escolas do recôncavo deu-se nos meses de outubro/novembro 2017. Sendo assim a compactação de dados será tratada através de gráficos seguida das discussões paralelas a pesquisa do referencial teórico.

4. 2 - Caracterização dos educadores pesquisados

A utilização do instrumento de coleta de dados associado a Metodologia da observação dos participantes construiu o reconhecimento parcial do perfil dos educadores das Escolas Municipais Públicas pesquisadas, no que diz respeito a alguns aspectos sociais. Importante no entendimento no papel dos mesmos na equipe de gestão de segurança de alimentos na escola do recôncavo e ainda da eficácia e eficiência deste sistema.

Nesta linha, o gráfico a seguir de acordo aos dados coletados revelou a idade dos profissionais desta área que estão lotados em duas unidades a título de complementação de carga horária.

GRÁFICO 01: IDADE DOS AGENTES GESTORES DO PNAE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECÔNCAVO



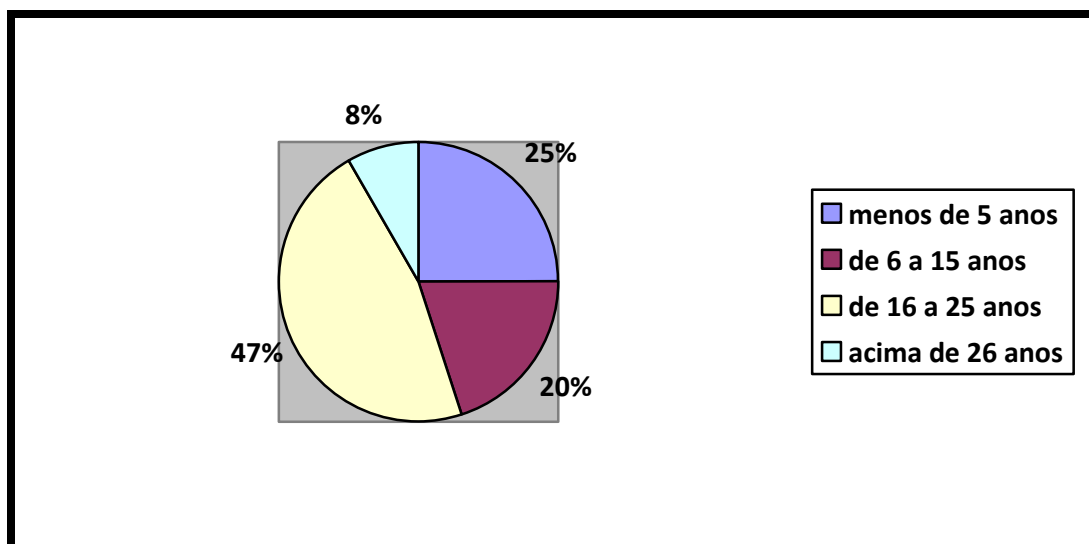
Fonte: Pesquisa de campo. 2018

Sendo assim os sujeitos gestores serão classificados em 4 grupos: menos de 35 anos de idade; entre 36 e 45 anos de idade; entre 46 e 60 anos de idade e maiores de 61 anos de idade. Estes dados são importantes, pois de acordo a Bourdieu (2004, p. 79) “[...] o conjunto de propriedades (sexo, idade, nacionalidade, etc.) estão vinculados a uma pessoa e às leis civis o que associa a efeito jurídico que marcam o acesso a existência social”. Assim, esta configuração e compactação dos dados estão diretamente ligadas ao que diz respeito a identidade social.

Quanto ao tempo de permanência na escola numa unanimidade os agentes possuem mais de cinco anos, no caso dos professores e diretores a mais de cinco anos. Assim, a pesquisa revela que em sua maioria os agentes gestores do PNAE têm mais de cinco anos na rede municipal de ensino, o mesmo acontece com os pais de alunos que tem seus filhos na rede municipal, fazendo parte do Conselho mais de uma vez. Contudo, de acordo a Lemos (2009), a trajetória profissional docente nem sempre é linear, mas marcada por rupturas e continuidades que dão origem a meandros, elemento decisivo no intrincado e complexo processo de construção da identidade profissional, em que desencanto e frustração convivem

com uma visão idealizada da profissão. Nesta linha, a permanência dos agentes gestores do PNAE se revela no gráfico abaixo.

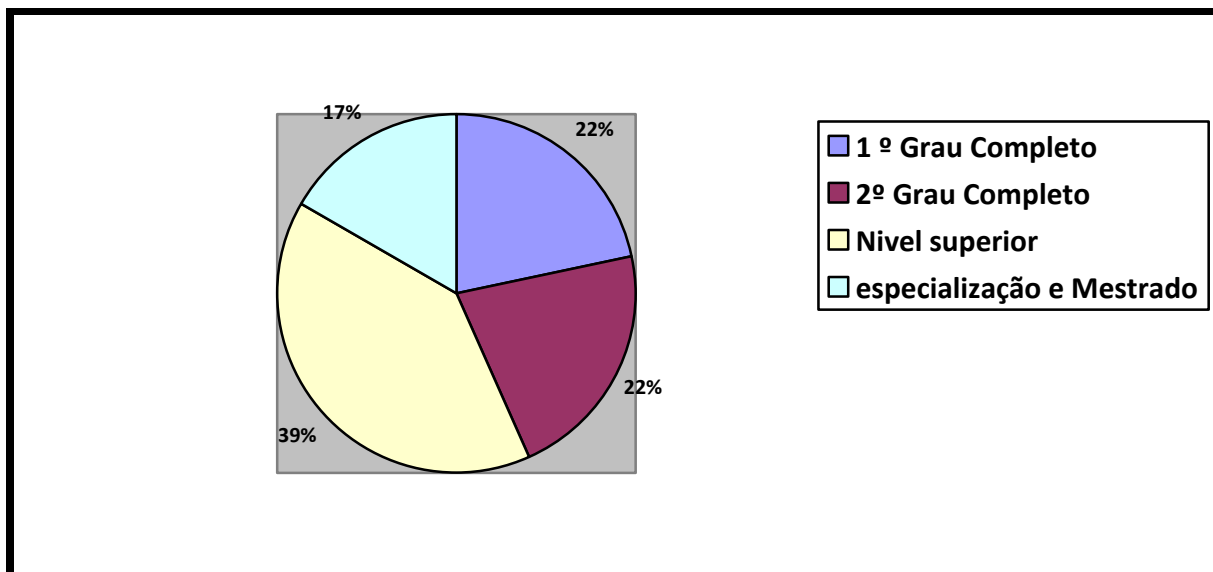
GRÁFICO 02: TEMPO DE PERMANÊNCIA NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL



Fonte: Pesquisa de campo. 2018

De acordo ao gráfico 2, o tempo de permanência de 26% dos profissionais entre 16 e 25 anos, serviu para uma retrospectiva sobre a realidade das escolas municipais sobre o EAN. Nesse contexto, abriu-se a possibilidade de discussão mais ampliada acerca do referido histórico, tendo em vista que os agentes da educação (professor, diretor, funcionário administrativo, aluno) puderam dar informações sobre a existência ou não existência de projetos no campo de EAN. Ou seja, possibilitou ainda identificar as atribuições que os educadores desempenham na escola e suas funções na gestão escolar, vice-diretores, professores membros do colegiado escolar e como conselheiros da escola. Assim, observou-se a ausência de coordenadores pedagógicos em algumas unidades, acumulando aos diretores e vices tais funções.

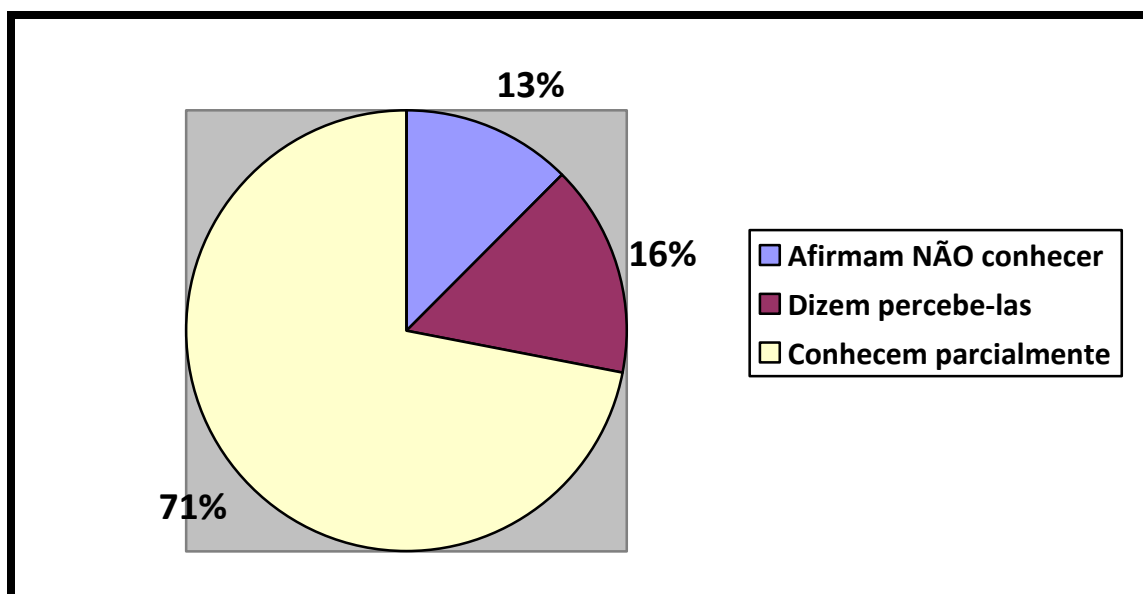
GRÁFICO 03 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS PARTICIPANTES



Fonte: Pesquisa de campo. 2018

Dada a importância do comprometimento dos educadores para o processo de formação dos discentes, a investigação decorre junto aos professores no que diz respeito à própria formação acadêmica do mesmo, para que se entenda se tais cursos e especializações pelo menos apresentam na grade curricular conteúdos e oficinas relacionados com a Educação Alimentar e Nutrição – EAN. Contudo, mesmo que a pesquisa demonstre que 39% dos agentes de educação envolvidos tem nível superior seguidos de 17% de especialização e mestrado, percebe-se a ausência de saberes acerca da execução do PNAE e do que venham a ser os parâmetros para a Gestão de Segurança Alimentar. Nesta linha, é verdadeira a ausência de tais habilidades nos cursos de formação de professores, até mesmo nos cursos complementares realizados pelos educadores e gestores da educação, dificultando o acompanhamento e avaliação da execução do PNAE e das normativas de gestão de segurança alimentar.

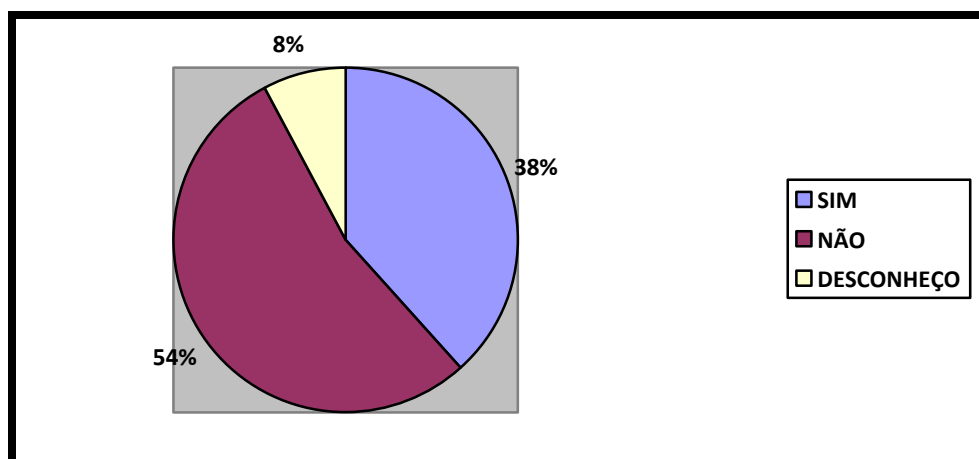
GRÁFICO 04: CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À EAN.



Fonte: Pesquisa de campo. 2018

O público pesquisado, quanto ao conhecimento sobre as políticas públicas que orientam as atividades pedagógicas relacionadas à EAN, 13% afirmam não as conhecer, 16% dizem percebê-las muito timidamente por parte dos gestores da escola, e 71% informam conhecer parcialmente essas políticas públicas. O que acaba sendo uma surpresa, sendo que o PNAE é um programa consolidado há mais de 50 anos, e mesmo com tanto tempo de implantação ainda surpreende alguns sujeitos diretamente ligados a sua execução. O que podemos perceber no gráfico abaixo:

GRÁFICO 05: ENVOLVIMENTO DOS EDUCADORES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAN NA ESCOLA.



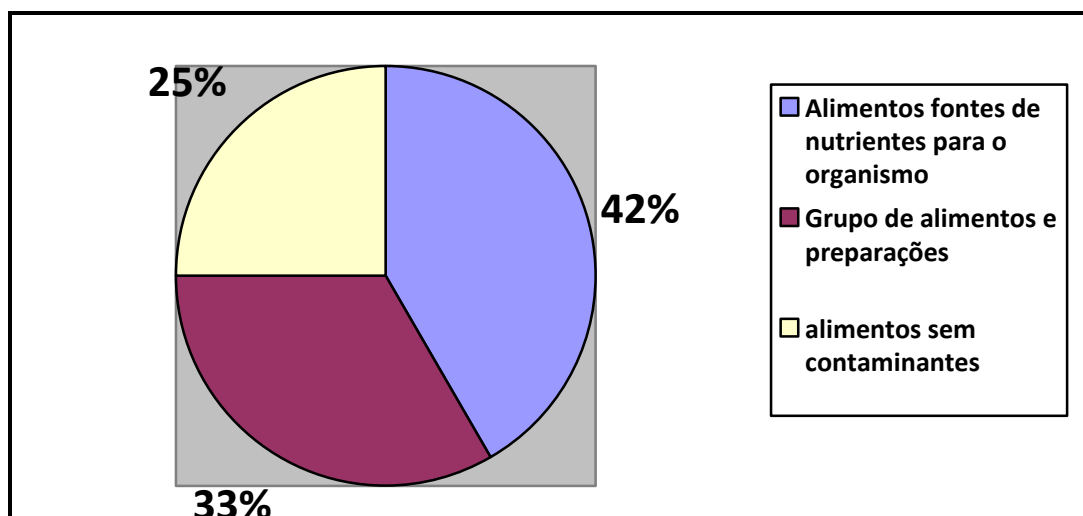
Fonte: Pesquisa de campo. 2018

O gráfico 05 fortalece a ideia de fragilidade das ações de EAN nas escolas, sobretudo a partir das afirmações sobre a inexistência de projetos desenvolvidos nesta área no contexto escolar. Sobre esta vagância o sentido de identificar junto aos educadores como esses interpretam a EAN e a sua relação com a Promoção da Alimentação Saudável e por consequência de que forma pode se dar a gestão de segurança alimentar nas escolas.

A EAN é um componente fundamental para a promoção da saúde e que elege o espaço escolar com um *locus* privilegiado para práticas em instâncias locais. O papel dos diversos atores sociais como o nutricionista, o gestor escolar, os professores e demais atores que compõem a comunidade escolar (neste caso Recôncavo da Bahia) se constitui um fator preponderante para a elaboração de estratégias de intervenção de saúde mais eficazes (BRASIL, 2012).

O gráfico 06 abordara EAN como estratégia de Promoção da Alimentação Saudável e da gestão de segurança alimentar nas escolas.

GRÁFICO 06: GESTÃO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL – EAN



Fonte: Pesquisa de campo 2018

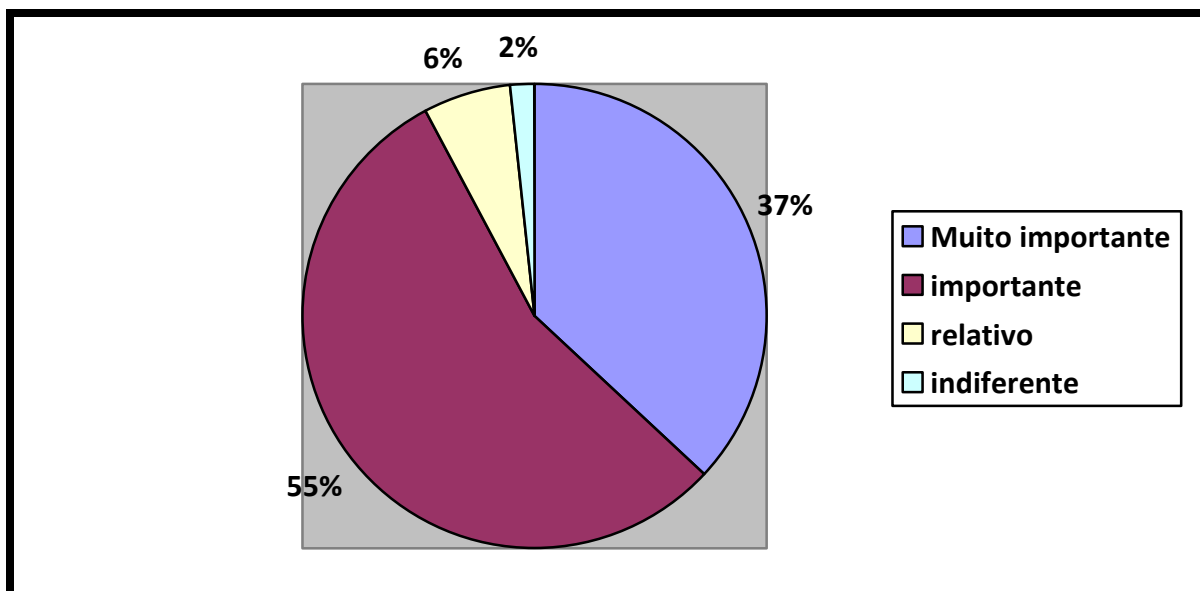
A EAN no ponto de vista do que foi investigado, como qualquer outra ação educativa é de fato um ato pedagógico e também da competência da gestão escolar e, como tal, requer planejamento e tempo para obter resultados, além de exigir continuidade e permanência, o que a torna um desafio para educadores e profissionais de saúde envolvidos no processo. O gráfico 06 considera junto aos gestores do PNAE sobre o seu entendimento acerca do que vem a ser “Alimentação Saudável”, como objeto da EAN na escola. Responderam a esta pergunta os 65 dos participantes da pesquisa

De certa maneira, as considerações dos educadores sobre Alimentação Saudável reforçam mais uma vez a compreensão dos mesmos acerca de segurança alimentar; podemos perceber que os participantes destacam a Alimentação Saudável apenas em relação ao valor nutricional dos alimentos, o que corresponde a 42% destes.

A pesquisa revelou também a necessidade de um maior aprofundamento sobre o significado ampliado de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como os tipos de ações de EAN a serem desenvolvidas nas escolas.

Observou-se que no aspecto da qualidade e da segurança alimentar, ao se referir sobre “alimentos saudáveis, naturais”, e a necessidade da restrição de alimentos “sem agrotóxicos”, como pode ser observada nas unidades de contextos explícitas no gráfico seguinte.

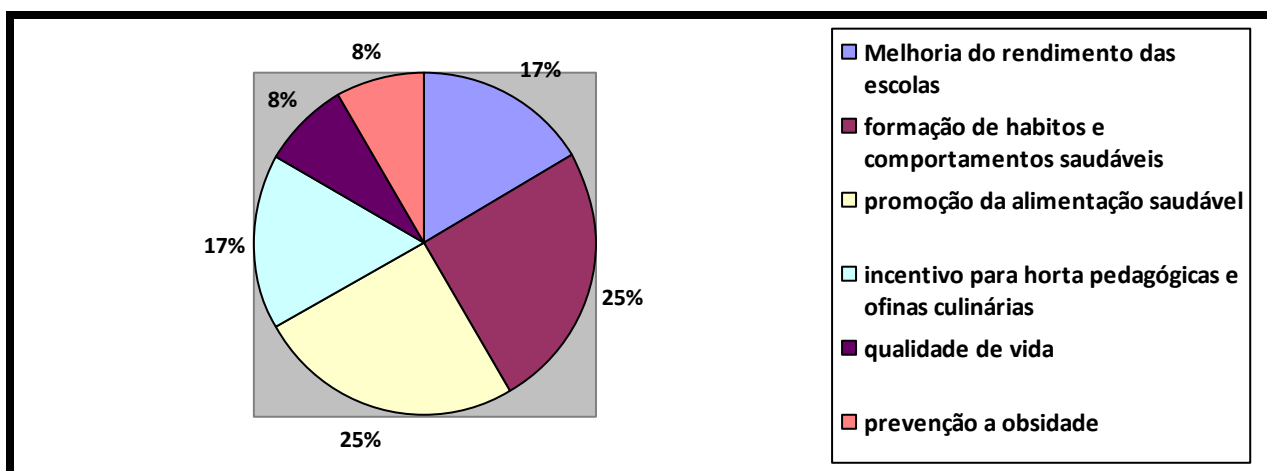
GRÁFICO 07: IMPORTÂNCIA DO PGEAN E DA GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO PNAE



Fonte: Pesquisa de campo. 2018

De acordo com as observações e dados coletados no gráfico 07, foi constatada a inexistência de projetos de EAN, em uma quantidade considerável de escolas; contudo, nas existentes havia a falta de fomento destas práticas pelos órgãos do governo. Tal situação, agravada talvez devido à falta de motivação e conhecimento dos educadores sobre as políticas públicas neste campo e também devido a falta de nutricionista como Responsável Técnico do PNAE. Mesmo assim, ao perguntar a opinião dos educadores sobre um projeto desta natureza para a escola, esses atribuíram como uma proposta “importante”, alcançando um índice de 55% seguido de 37% de “muito importante”, o que pode ser alienado a falta de informações técnicas já evidenciadas nesta pesquisa. Vale salientar que a ausência de um PGEAN, torna vulnerável a gestão de segurança de alimentos.

GRÁFICO 08: POSSÍVEIS EFEITOS DO PGEAN PARA A EXECUÇÃO DO PNAE



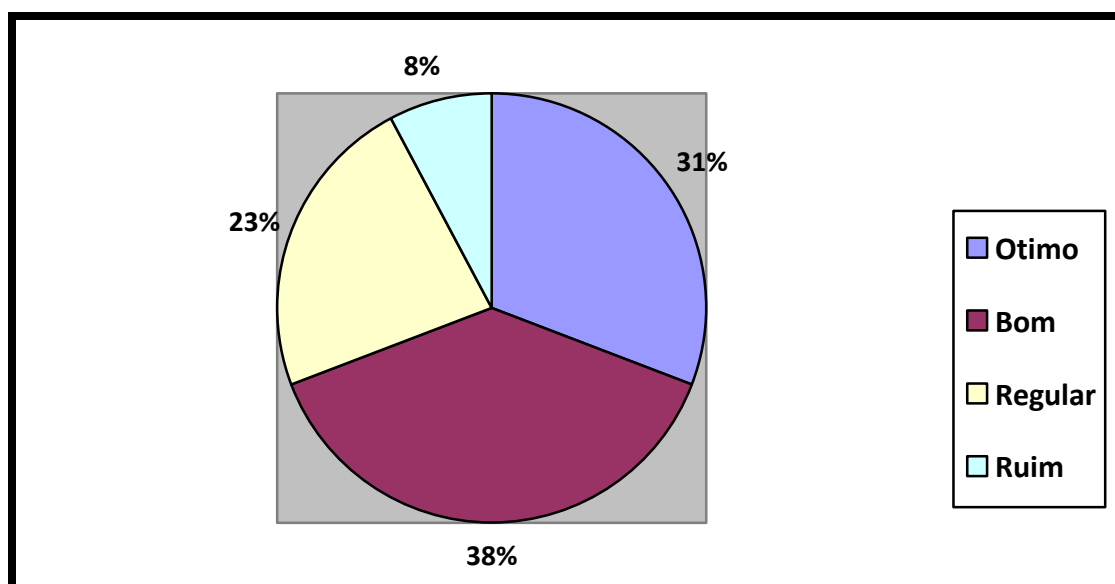
Fonte: Pesquisa de campo 2018

No gráfico 08, foi averiguado o interesse dos participantes da pesquisa acerca de um projeto de gestão de EAN - PGEAN na escola, o que possibilitou fomentar e implantar novas ideias aos mesmos. A técnica utilizada foi a classificação por categorias acerca das possíveis contribuições de projeto de EAN, para o enfrentamento de problemas relacionados com a alimentação e a nutrição, no universo escolar. Sendo assim, partindo da referida análise dos relatos emitidos pelos educadores, surgiram seis categorias, classificadas como sendo as principais evidências geradas pelos educadores sobre os possíveis efeitos de PGEAN enquanto instrumento pedagógico na escola, cujas categorias serão apresentadas e discutidas conforme sequência a seguir: a) melhoria do rendimento dos escolares representou 17% do entendimento dos entrevistados como consequência da aplicação do PGEAN; b) formação de hábitos e comportamento alimentar saudável 25%; c) promoção da alimentação saudável na escola 25%; d) incentivo para horta pedagógica e oficinas culinárias na escola 17%; e) qualidade de vida 8% e f) prevenção da obesidade 8%.

Neste contexto as categorias classificam a formação de hábitos e comportamentos saudáveis e a promoção da alimentação saudável na escola como as mais importantes do ponto de vista dos entrevistados, evidencia a importância de um PGEAN, como um instrumento que busca valorizar a alimentação como um aspecto pedagógico relevante de EAN na escola. Nesta linha convergem na diretriz

do PNAE, onde diz que o rendimento escolar é uma consequência da oferta da Alimentação Saudável, logo foi pertinente evidenciá-la. Assim, relevância de oferta de uma alimentação saudável na escola se constitui, portanto em um aspecto pedagógico que deve ser priorizado no planejamento das ações do PGEAN na escola.

GRÁFICO 09: CONSIDERAÇÃO QUANTO A QUALIDADE DOS ALIMENTOS OFERECIDOS NAS ESCOLAS



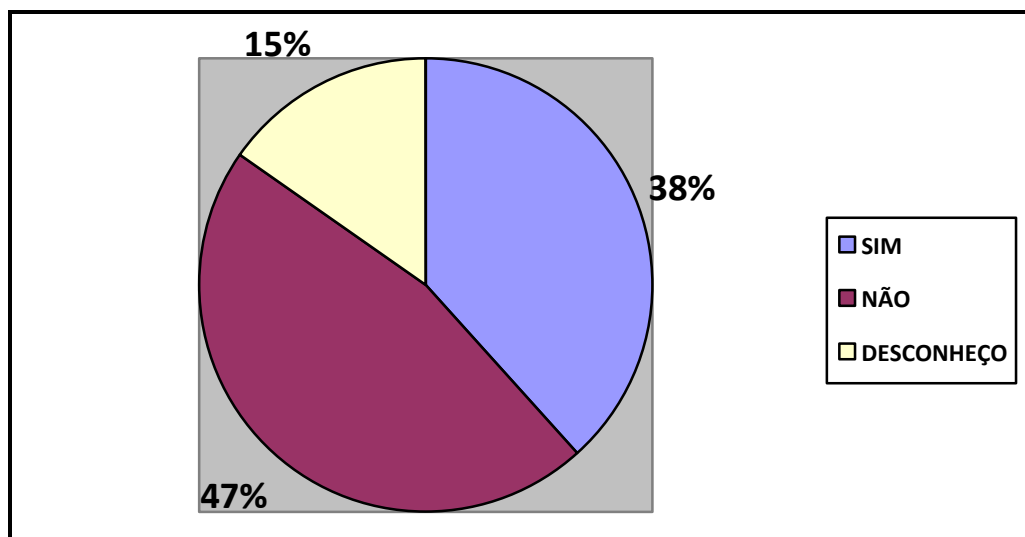
Fonte: Pesquisa de campo 2018

Durante o período da pesquisa foi possível um contato primário sobre a alimentação manipulada e oferecida nas escolas. Assim, foi possível observar que a alimentação escolar não vem sendo entendida como uma ação de EAN no contexto escolar. As atividades relacionadas com a Gestão da Alimentação Escolar e Gestão de Segurança de Alimentos não têm sido orientadas para uma articulação com o tema Alimentação Saudável, supostamente devido à não inclusão do tema no currículo escolar, de forma que não se constitui como um processo formativo relacionado com a EAN. A alimentação escolar no contexto da gestão escolar parece visar apenas o suprimento das necessidades alimentares dos estudantes durante o período de permanência na escola, ficando de lado o seu potencial

enquanto estratégia educativa. Em outras palavras, as ações de EAN ficam a cargo e no conhecimento dos envolvidos no processo de execução do PNAE.

Quanto à qualidade de alimentação oferecida pelas escolas do Recôncavo Baiano, 3% acham uma *boa* qualidade o que deixa claro que o PGEAN é importante sendo que a meta seria uma ótima alimentação, ao menos é esta a proposta do PNAE.

GRÁFICO 10: AVERIGUAÇÃO SOBRE A ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Fonte: Pesquisa de campo 2018

O gráfico 10 trata das recomendações do PNAE quanto à aceitabilidade da alimentação ofertada aos alunos nas escolas. Esta deve ser constantemente avaliada, devido a sua importância como ação de EAN. Cabe ser considerada a complexidade dos fatores que envolvem o comportamento e os hábitos alimentares e os aspectos relacionados com a segurança alimentar e nutricional. O PNAE orienta a realização do “Teste de Aceitabilidade” junto os estudantes, principalmente ao introduzir novas preparações no cardápio escolar. Sendo assim, este teste faz parte da análise sensorial de alimentos, que evoca, mede, analisa e interpreta reações das características dos alimentos e materiais como são percebidas pelos órgãos do sentido (BRASIL, 2009).

Como resultado ficou constatado a inexistência desta rotina na escola, além de perceber o desconhecimento desta atividade por parte dos educadores, 47% dos

pesquisados dizem não haver o teste de aceitabilidade da alimentação oferecida enquanto 38% dizem que existe um teste de aceitabilidade para 15% que desconhecem a existência do mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa organizou-se num corpo de ideias sobre alguns aspectos pedagógicos e administrativos relevantes para um projeto de gestão da EAN na escola e por consequência da Gestão de Segurança Alimentar.

Neste contexto, os procedimentos adotados permitiram a troca e o diálogo junto aos educadores, momento em que tiveram liberdade para uma reflexão sobre as questões investigadas como objeto da pesquisa além de uma troca de informações, onde se prevaleceram os juízos de valor dos participantes, em uma dinâmica de reconstituição de significados. Este estudo também buscou reconhecer a importância da atuação dos professores na legitimação das políticas oficiais que chegam à escola, pois assim eles podem contribuir no comprometimento efetivo das práticas pedagógicas e do Projeto Político Pedagógico (PPP) definido pela escola. Dessa maneira foi possível compreender a dinâmica da organização escolar, associados os aspectos fundamentais que poderão direcionar para as ações e o comprometimento dos educadores para a sustentabilidade de um PGEAN.

Diante das inúmeras especificidades técnicas do campo da Alimentação e Nutrição e de todo aparato legal acerca das atribuições do nutricionista na escola, a atuação desse profissional foi evidenciada como necessária na gestão da EAN, mesmo não sendo objeto da pesquisa; contudo, mecanismo importante no entendimento a respeito de Gestão da Segurança de Alimentos. A efetivação deste profissional na escola é condição legal que deve ser considerada na avaliação das ações do PNAE no que se refere a melhoria da qualidade da alimentação escolar.

O PNAE possui um sistema próprio de relações, de estrutura logística, que tem gerado a exigência de informações básicas organizadoras, para seu funcionamento. Nesse contexto o profissional nutricionista também foi reconhecido como articulador e membro de um grupo gestor e/ou como apoio técnico junto ao gestor escolar, como forma de contribuir na formação da comunidade escolar, em especial junto aos professores, a assim torná-los multiplicadores de saberes e experiências junto aos estudantes, tanto em sala de aula, como em atividades educativas complementares relacionadas com o tema Alimentação Saudáveis, na perspectiva de gestão de Segurança de Alimentos. Ficou explícito o relevante papel do professor e o apoio do nutricionista, na execução das possíveis atividades

pedagógicas relacionados com a oferta da Alimentação Saudável, em síntese, da segurança alimentar que permeia o processo. Portanto o fomento de projetos desta natureza junto aos educadores e estudantes, pode se constituir como um recurso digno de consideração em vista da promoção da alimentação saudável e formação de hábitos de vida saudável, e da melhoria da própria alimentação ofertada na escola.

A temática Segurança da Alimentação na escola desvela o caminho para a sua inserção no currículo, assim como corrobora com a combinação de metodologias ativas e transformadoras, de forma a corresponder com as necessidades educacionais dos estudantes. A identificação de aspectos pedagógicos relacionadas com a oferta da Alimentação escolar e as condições de experimentar as demais estratégias de EAN se constituiu como elementos importantes no processo metodológico da pesquisa desenvolvido junto aos professores.

Vale salientar que o processo da Alimentação Saudável na inter-relação de questões comportamentais, ambientais e de saúde, pode agir de forma responsável, solidária e democrática e como cidadãos ativos junto aos estudantes da escola. Mas para tal eficiência deve-se propor na Área de Gestão de Segurança Alimentar para uma eficiência em qualquer linha do que se entende de EAN. Nesta linha, no aspecto de gestão de segurança alimentar destacado na pesquisa recai sobre a importância de tecnologias sociais que favorecem a EAN na escola conforme orientadas pelo PNAE, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Contudo, há um desconhecimento técnico e conceitual no que se refere a esta recomendação, e a carência de estudos com esta abordagem. Assim como de orientações para a implementação destas práticas na escola, que deve ser observado e orientado aos envolvidos no processo do PNAE.

Outros estudos devem ser realizados no contexto do PNAE em municípios do Recôncavo Baiano, no sentido de evidenciar de forma quantitativa e qualitativamente as condições da gestão da EAN, assim como da gestão da Alimentação Escolar. Por fim, o presente estudo vislumbra condições favoráveis para o desenvolvimento de um PGEAN, na medida em que os instrumentos legais sejam de fato executados em forma de ações e estas monitoradas como atividades pedagógicas nas próprias organizações escolares. Consideramos também que

técnicas e formações acerca de gestão de Segurança de Alimentos no âmbito escolar devam fazer parte do cotidiano dessas unidades a fim de melhorar a qualidade da alimentação oferecida aos estudantes da área pesquisada.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR: 14.724: **Informação, documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, ABNT, 2002.

ABREU, M. **Alimentação Escolar: combate a desnutrição e o fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?** Revista em Aberto: Brasília Jul./set, 1995.

ANDRADE, F. F.; et al. **Merenda escolar: municipalização e atribuições do nutricionista**. *Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 18, n. 124, p. 43-49, 2008.

BATISTA, F. M; RISSIN A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Caderno de Saúde Pública**, 19 Suppl 1:S181-91. Rio de Janeiro. 2003.

BATISTA, F. M et al. **Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira**. *Caderno de Saúde Pública*, 24 Sup 2:S247-S257, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 710, de 10 de junho de 1999. Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde, Brasília DF, 2000.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar da População Brasileira: Promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Projeto “Educando com a Horta”**. **Caderno III**. Brasília - DF, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN). Conselho Nacional de Saúde atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Portaria nº 2.715**, de 17 de novembro de 2011.

_____. Governo Federal. Lei n.8.913 de 12 de Julho de 1994, Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. Brasília, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5ª Ed., Campinas, SP: Papius, 2004.

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Gestão da qualidade**. Ed. Eliezer, 2005.

CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasil, 2010.

CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Progestão: Programa de Capacitação para Gestores Escolares**. Brasília/DF. 2011.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, 2000.

FERREIRA, O.I.T. Saúde **Alimentar, Nutricional e Ambiental: Um Desafio da Educação Escolar em Goiânia** 1.v. 68pg. Dissertação de Mestrado. PONTIFÍCIA Universidade Católica de Goiás - Ciências Ambientais E Saúde Goiás. 2011.
Disponível em:
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20111452002012006P1>
Acesso em 14 nov. 2017.

FIALHO, N. H.; NOVAES, I.L. **Descentralização educacional: características e perspectivas**. **RBPAE** – v.26, n.3, p. 585-602, set./dez. 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, José Carlos Galvão. **Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono: o trabalho docente e a construção da identidade profissional**. 2009. 315 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
Disponível: http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/tese_jose_lemos.pdf
Acesso em: 14 dez. 2017

MALUF R. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes; 1996.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 27ª ed., Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde**. 57ª ASSEMBLÉIA MUNDIAL DE SAÚDE WHA57.17. Maio de 2004. Disponível em:
<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

PASCOL, Marta Fonseca. Alimentação Escolar: Um enfoque em alimentos funcionais. **Revista Nutrição Profissional**. a. 1, n.1, bimestral, maio-jun. 2006, p 46-51.

POTER, M; o que é estratégia? In.: Poter, M. (ed) **Competição – Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROSSI, L. **Avaliação nutricional: novas perspectivas**. São Paulo: Roca/ Centro Universitário São Camilo, 2006

SILVA, E. C.R.; FONSECA, A. B. **Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no brasil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde; 2009

SILVA, D. J. **Análise de alimentos**. Viçosa: UFV, 1995

SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. In: GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira (Orgs.). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnologia – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular: De uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de Saúde**. Rio de Janeiro - 2005